



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

INTERPELAÇÃO ESCRITA

Aumento dos casos de burla *online* relacionados com falsos comerciantes locais

Nos últimos dias, o nosso gabinete recebeu queixas de vários cidadãos sobre o surgimento, nas redes sociais, de um número significativo de contas falsas de restaurantes e estabelecimentos comerciais locais, através das quais são disponibilizados, alegadamente, serviços de entrega de refeições ou vendidos determinados produtos, e o respectivo valor é cobrado através da plataforma de pagamento móvel local cujo nome começa com a letra “M”. Segundo consta, bastantes cidadãos caíram no esquema e procederam aos pagamentos, mas nunca receberam os serviços ou produtos, e a sua conta até acabou por ser bloqueada, o que impossibilitou quer o pedido de informações quer o acompanhamento das encomendas.

De acordo com as informações divulgadas pela Polícia Judiciária, registaram-se cerca de 20 denúncias desde Novembro, e as autoridades adoptaram, de imediato, medidas para reforçar a divulgação e chamar a atenção para a situação, tendo, por exemplo, recorrido às plataformas sociais para apelar aos cidadãos para terem cautela. Ora, várias vítimas e cibernautas denunciaram o caso em diversos fóruns de discussão *online*, e, entretanto, os falsos comerciantes e empresas locais, ignorando as leis locais e as eventuais responsabilidades penais, continuam a colocar, de forma ostensiva e pública, anúncios em diversas redes sociais e a fazer-se passar por empresas de retalho, marcas ou restaurantes locais de renome. De acordo com o que foi observado pelo nosso gabinete, centenas de cidadãos deixaram comentários nos



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

anúncios alegadamente falsos, para pedirem informações sobre os produtos e serviços disponíveis.

De facto, já várias vezes questionei o Governo sobre as burlas *online*, e, devido aos hábitos de utilização da *internet* da população local e aos algoritmos das plataformas, as mensagens de divulgação e alerta das autoridades podem não surtir os efeitos previstos ou até ficar fora do alcance dos cidadãos. É ainda de notar que os burlões que se fazem passar por comerciantes locais recorrem a uma plataforma de pagamento habitualmente utilizada no território, o que torna mais difícil a prevenção e deixa que, inevitavelmente, alguns cidadãos caiam no esquema, portanto, a forma mais eficaz para evitar que os cidadãos sejam enganados passou a ser a partilha de informações entre familiares e amigos.

Diz-se que os burlões recebem o dinheiro através da plataforma de pagamento móvel local cujo nome começa com a letra “M”, e a empresa em causa aceita comprovativos de endereço com o nome do requerente emitidos no exterior nos últimos três meses, o que concede muitas facilidades aos delinquentes. Por isso, para além de reforçarem a divulgação e emitirem alertas sobre a situação, as autoridades devem tomar a iniciativa de estabelecer contactos com este tipo de plataformas, no sentido de se criar, em conjunto, um mecanismo de prevenção contra os burlões e de salvaguardar a segurança dos bens dos cidadãos.

Pelo exposto, interpelo sobre o seguinte:

1. O facto de os burlões recorrerem a uma plataforma de pagamento móvel habitualmente utilizada pela população faz com que os cidadãos baixem a guarda, então, para além de reforçarem a divulgação e emitirem alertas sobre a situação, as autoridades contactaram, de imediato, a empresa a que a plataforma pertence? O



澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

(TRADUÇÃO)

Governo vai negociar, por razões de segurança do público, com a empresa em causa, para exigir a colocação de avisos de alerta na plataforma?

2. Devido ao desenvolvimento das actividades, as empresas que detêm plataformas de pagamento aceitam os amplos pedidos de abertura de contas apresentados fora de Macau, mas isto acaba por criar, ao mesmo tempo, lacunas e oportunidades para os burlões. Assim sendo, o Governo vai criar, numa perspectiva de longo prazo, um mecanismo de comunicação e prevenção com as empresas que detêm plataformas de pagamento, para bloquear e interceptar, atempadamente, as contas suspeitas, com vista a evitar que os cidadãos sejam vítimas de burla e a ajudá-los a recuperarem o dinheiro?

3. As autoridades estabeleceram, há muito tempo, o mecanismo “Alerta para as transferências ou remessas bancárias suspeitas”, em colaboração com os bancos, o qual tem contribuído, significativamente, para evitar potenciais prejuízos económicos. No entanto, este mecanismo não abrange as plataformas de pagamento em questão, uma vez que estas não integram o sistema bancário. Então, qual é a posição do Governo em relação a isto? Que medidas, técnicas ou legislativas, vão ser adoptadas, para colmatar as lacunas existentes?

15 de Novembro de 2024

A Deputada à Assembleia Legislativa da RAEM,

Lo Choi in